

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS NA FAMÍLIA E A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA PARENTAL

2011

Katherine Flach

Faculdade de Psicologia, PUCRS, Porto Alegre. Graduanda do curso de Psicologia da PUCRS;
Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq (Brasil)

Beatriz de Oliveira Meneguelo Lobo

Faculdade de Psicologia, PUCRS, Porto Alegre. Graduanda do curso de Psicologia da PUCRS;
Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq (Brasil)

Juliana Rausch Potter

Hospital da Criança Santo Antônio (HCSA). Porto Alegre. Psicóloga do Hospital da Criança Santo
Antonio do Complexo Hospitalar da Santa Casa de Porto Alegre. Especialista em Terapia de
Casais e Famílias e Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental (Brasil)

Email:

katherineflach@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho traz uma revisão sobre os estudos a cerca das práticas educativas parentais e da importância em se pensar nas condições em que a família se encontra, observando os aspectos históricos, culturais, desenvolvimentais e sociais. Em um contexto de tantas transformações na família é necessária a revisão de valores essenciais e de uma reafirmação do papel dos pais na dinâmica familiar, já que educar filhos é uma das tarefas mais complexas que compõe a função parental. Nessa perspectiva insere-se um conceito integrador, chamado 'presença parental' que pretende delimitar o lugar e a função dos pais na educação dos filhos.

Palavras-chave: Práticas educativas parentais, presença parental

1. INTRODUÇÃO

O conceito de família tem passado por muitas transformações e acomodações. Novas configurações familiares, a entrada da mulher no mercado de trabalho, a divisão da função econômica na família, são, entre outros, aspectos importantes no estabelecimento de valores e de autoridade dentro de casa (De Bem e Wagner, 2006).

Neste contexto insere-se a problemática das práticas educativas parentais. Elas dizem respeito às estratégias utilizadas pelos pais para atingir objetivos específicos em diferentes contextos e circunstâncias na educação dos filhos, para que de maneira geral não apresentem comportamentos considerados como inadequados e possam oferecer orgulho quando crescerem (Cecconello, De Antoni e Koller, 2003). Entretanto é necessária a revisão de valores essenciais e de uma reafirmação do papel dos pais na dinâmica familiar (Omer, 2002). Educar filhos pode ser considerada uma das tarefas mais complexas que compõe a função parental e pode estar associada também a relação conjugal do casal (De Bem e Wagner, 2006).

Dessa forma, o presente trabalho pretende trazer uma revisão sobre os estudos a cerca das práticas educativas parentais e da importância em se pensar nas condições em que a família se encontra, observando os aspectos históricos, culturais, desenvolvimentais e sociais.

2. AS PRÁTICAS EDUCATIVAS E A FAMÍLIA

Em tempos em que a família passa por diversas transformações, reajustes e adaptações tornam-se cada vez mais presentes questionamentos a respeito da relação pais e filhos. As formas como os pais devem lidar com temas como poder, hierarquia e apoio emocional na relação com os filhos têm sido estudadas. Estudos têm demonstrado que o estilo parental tem significativa influência em diversas áreas do desenvolvimento psicossocial de adolescentes, tais como ajustamento social, psicopatologia e desempenho escolar (Costa, Teixeira E Gomes, 2000). A configuração da interação e da educação dos pais com seus filhos são cruciais para a promoção de comportamentos socialmente adequados como também para comportamentos considerados, pelos pais e/ou professores, como inadequados (Silva, 2000).

A escola também influencia significativamente o comportamento infantil e contribui de várias maneiras para a formação do indivíduo por meio de desenvolvimento de comportamentos, habilidades e valores. Junto ao ambiente doméstico, o contexto escolar configura-se um dos principais ambientes na vida da criança, para que o resultado final seja percebido pelos pais e educadores como comportamento adaptativo ou desadaptativo (Pinheiro, Haase, Del Prette, Amarante, Del Prette, 2006).

Atualmente ainda existe uma crença de que famílias saudáveis não têm problemas, o que passa uma mensagem equivocada de um suposto ajustamento a um padrão, uma norma que se adapte a todos. Na verdade o que distingue as famílias saudáveis não é a presença ou não de problemas, mas sim a maneira que a família os enfrenta e sua competência para resolvê-los (Walsh, 2005).

Segundo Minuchin (1982) uma família é um sistema que opera através de padrões transacionais que regulam o comportamento dos membros que a constituem e esses padrões são mantidos por dois sistemas de repressão. O primeiro sistema de repressão seria mais genérico, com regras universais que orientam a organização familiar, como a existência de uma hierarquia de poder que indique uma clara diferença entre a autoridade entre pais e filhos. O segundo sistema de repressão envolveria as expectativas mútuas dos componentes da família, que foram sendo construídas através de anos de negociações explícitas e implícitas nos pequenos acontecimentos cotidianos da família. Assim, frente à repetição dos atos, muitas vezes os contratos originais são até mesmo esquecidos, podendo nem ter sido explicitados. Porém os padrões permanecem ativos, por uma acomodação mútua e principalmente pela eficácia funcional.

De Bem e Wagner (2006) assinalam a educação dos filhos como a tarefa mais complexa dentre as tarefas que compõem a função parental. As autoras acreditam que o processo educativo normalmente se alicerça em determinados valores, os quais pais e mães pretendem transmitir para que seus filhos internalizem e assumam. Para Omer (2002) uma boa educação para as crianças não tem ligação com um tipo ideal da família, e nem com a existência de apenas uma maneira correta de se educar. O que o autor ressalta é que ainda prevalece um consenso entre os pais que pensam no bem para seus filhos, em transmitir padrões de valores para orgulharem-se dos mesmos quando estiverem crescidos.

Segundo Montandon (2005) os efeitos das práticas educativas dos pais sobre as crianças não são evidentes e não é possível dizer de maneira absoluta ou que tal estilo educativo é melhor ou produz bons resultados, já que tudo depende dos contextos e das situações. Bronfenbrenner (1996) apontou três características que são estabelecidas nas relações dentro da família: a reciprocidade, o equilíbrio de poder e o afeto. O que uma pessoa faz influenciará a outra, e vice-versa, caracterizando a reciprocidade em todas as relações intrafamiliares.

Alguns pesquisadores (Darling & Steinberg, 1993; Costa, Teixeira E Gomes, 2000; Cecconello, De Antoni e Koller, 2003; Weber, Prado, Viezzer e Brandenburg, 2004; Montandon, 2005) ao explorarem a origem dos estudos sobre as práticas parentais descobriram que tudo começou com a divisão em tipos de práticas. Baumrind (1971) propôs três estilos: o autoritário, quando os pais controlam muito, mas apóiam pouco a criança, tendendo a educar segundo regras que não podem ser discutidas; o permissivo, quando os pais exercem um controle fraco e um apoio forte, e tendem a aceitar os desejos da criança, exigindo pouco dela; o autoritativo ou “*authoritative*”, no qual os pais ao mesmo tempo controlam e apóiam seus filhos, fixam-lhes

regras a serem respeitadas, mas, simultaneamente, encorajam sua independência, são exigentes e atentos. O quarto estilo, o não-envolvido (“*uninvolved*”), quando os pais têm uma atitude caracterizada pela indiferença e até pela negligência ou rejeição.

Depois disso Maccoby e Martin (1983), propuseram que as práticas educativas pudessem ser baseadas em duas principais tarefas: exigência e responsividade. A exigência refere-se aos comportamentos parentais que requerem supervisão e disciplina e a responsividade refere-se aos comportamentos de apoio e aquiescência, que favorecem a individualidade e a auto-afirmação dos filhos. Assim os autores dividiram o estilo permissivo, de Baumrind, em dois: o indulgente e o negligente. Esta diferenciação permitiu distinguir melhor o nível de responsividade nas famílias que fazem poucas demandas de controle.

As práticas educativas fazem menção às estratégias utilizadas pelos pais para atingir objetivos específicos em diferentes domínios (acadêmico, social, afetivo) sob determinadas circunstâncias e contextos, como o uso de explicações, de punições ou de recompensas (Ceconello, De Antoni e Koller, 2003). O estilo parental por sua vez refere-se ao padrão global de características da interação dos pais com os filhos em diversas situações e geram um clima emocional, que vai além das práticas parentais propriamente ditas. Isso porque diz respeito ao contexto onde operam os esforços dos pais para socializar os seus filhos de acordo com suas crenças e valores (Darling & Steinberg, 1993).

É importante considerar os aspectos históricos que têm organizado as funções familiares ao longo do tempo, para avaliar e intervir na otimização dos recursos que cada família apresenta para enfrentar suas crises. Não se pode pressupor um modelo ideal, igualitário e equilibrado (Wagner, Predbon, Mosmann e Verza, 2005). Hoje em dia, existem muitos pontos que mostram a complexidade do assunto: são múltiplos fatores que devem ser levados em conta, como a história da família, o tipo de funcionamento familiar, a integração da família na comunidade (Montandon, 2005). Para compreender melhor o sentido das práticas educativas é necessário considerar o meio social, a cultura à qual as famílias pertencem. Além disso, todas as famílias passam por períodos estáveis, outros de reorganização ou de crise e as interações dentro da família modificam-se. Também não se pode ignorar vários acontecimentos, como desemprego, doença, acidentes, nascimento de uma criança deficiente, pois tais eventos produzem transformações nas relações, reestruturações, e mudanças nas práticas educativas também (Montandon, 2005).

No Brasil, as pesquisas sobre famílias têm apontado uma diversidade em sua organização, no que diz respeito tanto à sua composição, como às formas de sociabilidade que são exercidas dentro da mesma. As relações de autoridade e poder, por sua vez têm uma função ordenadora na rotina doméstica definindo posições hierárquicas entre pais e filhos, direitos e deveres específicos. Ainda para a sociabilidade doméstica está a relação afetiva entre os membros de uma família, as quais variam de acordo com a idade, gênero e a qualidade das relações entre eles (Romanelli, 2002).

A educação dos filhos sempre foi uma tarefa complexa para a função parental, porém isso não significa que essas responsabilidades sejam compartilhadas de forma igualitária entre o casal. Alguns fenômenos e movimentos sociais importantes, como a entrada das mulheres no mercado de trabalho e sua maior contribuição no sistema financeiro familiar acabaram oferecendo um novo perfil à família. Antes a estrutura familiar tradicional tinha o pai como único provedor e a mãe como única responsável pelas tarefas domésticas e pelos cuidados dos filhos. O que têm acontecido na maioria das famílias brasileiras de nível sócio-econômico médio é um processo de transição, já que em muitas famílias já se pode perceber alguma divisão de tarefas, na qual pais e mães compartilham as tarefas educativas e a organização do cotidiano familiar. (Wagner, Predbon, Mosmann E Verza, 2005). Ainda a elevação geral do nível de educação, a emancipação e o trabalho das mulheres e a democratização das relações entre os sexos no interior do casal contribuem para um novo arranjo familiar (Montandon, 2005).

Para Montandon (2005) o comportamento dos pais tem grande influência na educação dos filhos: quer porque não se opõem a seus filhos, o que faz com que estes não tolerem frustrações e se tornem insuportáveis; quer porque os consideram como iguais, como adultos, afetando assim o desenvolvimento das crianças. Os estilos parentais influenciam em diversos aspectos o desenvolvimento dos filhos podem inclusive estar determinando o estilo parental que os filhos vão adotar futuramente, havendo uma transmissão intergeracional de estilos parentais (Weber, Prado, Viezzer E Brandenburg, 2004).

Os pais podem demonstrar afeto e cuidado e estimular o exercício da autonomia responsável, mesmo utilizando uma medida restritiva no comportamento do filho. Porém, medidas punitivas caracterizam um estilo parental autoritário, quando a utilização deste tipo de punição, especialmente uma punição física, pretende ser uma prática disciplinar, sendo prejudicial ao desenvolvimento de crianças e adolescentes (Ceconello, De Antoni e Koller, 2003).

Oliveira, Marin, Pires, Frizzo, Ravello e Rossato (2002) investigaram a relação entre o estilo autoritário e a atitude conjugal conflituosa. Os resultados indicaram que, na medida em que a mãe percebe sua experiência de criação progressiva como autoritária, mais ela relata um estilo parental autoritário também para com a criança. Além disso, essa transmissão intergeracional é mediada por uma atitude conjugal conflituosa da mãe. Ou seja, a experiência relacional com uma mãe autoritária, na infância, se repete no estilo parental da geração seguinte com um aumento da atitude conjugal conflituosa. Para Pinheiro, Haase, Del Prette, Amarante, Del Prette (2006) um fator de risco expressivo para o desenvolvimento de comportamentos desadaptativos está relacionado à exposição a modelos agressivos, que poderão ser reforçados, tanto positiva quanto negativamente, durante as primeiras experiências sociais.

Em um estudo comparativo entre as relações conjugais e parentais em famílias de classe média e baixa através de entrevistas semi-estruturadas com o pai e com a mãe separadamente, desenvolvido por Braz, Dessen e Silva (2005), observou-se que a maioria dos cônjuges (86%)

acreditava que as suas relações maritais influenciavam o seu relacionamento com os filhos, de forma direta e indireta. A influência direta se dava de quatro formas: a) através das práticas educativas utilizadas pelos genitores com seus filhos (54%); b) pela transmissão de amor e segurança aos filhos, quando a relação conjugal era boa (27%); c) no engajamento conjunto em atividades de educação e cuidado dos filhos, quando predominava o bom relacionamento marital (25%); e, d) pela transmissão de sentimentos negativos aos filhos, quando as relações conjugais eram ruins (18%). A influência indireta foi associada à qualidade da relação conjugal, ou seja, boa ou ruim. Quando o relacionamento do casal é bom, os cônjuges acreditam que o diálogo entre eles sobre aspectos do desenvolvimento e educação de filhos contribui para torná-los mães e pais mais tranquilos e adequados, melhorando, assim, a qualidade da relação parental (32%). Um relacionamento marital ruim favorece a emergência de discordâncias, principalmente quanto a aspectos do desenvolvimento e da educação dos filhos, causando estresse e irritação em mães e pais, piorando a qualidade da relação genitores-criança (7%). A maioria dos cônjuges de classe média e baixa concorda que o bom relacionamento conjugal transmite amor e segurança aos filhos e influencia diretamente as relações parentais, particularmente às práticas educativas.

Para Weber, Prado, Viezzer e Brandenburg (2004) adotar um estilo parental autoritativo é bastante adequado para uma educação saudável dos filhos. Para adotar este estilo é preciso que os pais se envolvam na educação, respondendo às necessidades que a criança tem de atenção, incentivo, auxílio, diálogo e diversão (responsividade), bem como supervisionar e monitorar os comportamentos do filho, exigindo a obediência de regras e limites e o cumprimento de deveres (exigência). Os pais precisam ser respeitados em seus papéis e também devem respeitar os direitos dos filhos. Deste modo, de um lado há uma posição de controle e de outro uma posição de compreensão e bi-direcionalidade, que oferece à criança maior autonomia e auto-afirmação. Além disso, um aspecto bem importante é o fato de não apenas saber o que fazer para educar bem, como também saber se o que está sendo feito é interpretado pela criança como se espera, ou seja, pais e filhos precisam “falar a mesma língua”.

É imprescindível munir os pais com conhecimentos específicos e habilidades que lhes permitam promover o desenvolvimento e a competência de suas crianças. Por isso um trabalho de orientação para pais é de extrema importância, pois implica o melhor desenvolvimento de crianças, que por sua vez serão os pais de amanhã, atingindo inclusive outras gerações. Os pais atuais precisam ter acesso e serem instrumentalizados com práticas educativas que sejam eficientes para criar e manter um repertório de comportamentos apropriados, desenvolver habilidades sociais para que não falte comprometimento e afeto positivo na dinâmica familiar (Weber, Prado, Viezzer e Brandenburg, 2004).

3. PRESENÇA PARENTAL: UM CONCEITO INTEGRADOR

Esta seção pretende trazer à luz um conceito aboradado em uma das obras de Haim Omer, terapeuta de família, filho de pais sobreviventes ao holocausto que vive hoje em Israel. Omer é o autor de um conceito referente ao papel dos pais na educação dos filhos. Para ele a autoridade parental é a habilidade de estabelecer valores e regras para a criança e ele acredita que nesse sentido todos os pais, seja qual for o estilo, aspiram essa capacidade. Em seu livro “Autoridade sem Violência: O resgate da voz dos pais”, Omer (2002) estuda casos em que os pais perdem sua autoridade, em famílias onde crianças zombam das regras e imperam através de ameaças, violência, chantagem ou indiferença. Sua condição aos casos tem o propósito de mostrar medidas para que os pais resgatem sua autoridade.

Para Omer (2002) a presença parental precisa atender alguns critérios nos níveis prático, conceitual e ético, respectivamente são eles: proporcionar diretrizes simples para decisões rápidas, quando há pressão emocional; servir de ponte entre os profissionais que lidam com a família; e, finalmente, possibilitar uma forma de autoridade que não seja baseada na força bruta. Para o autor pais que utilizam como forma de punição bater na criança, ou pais que punem se retirando não preencheriam os quesitos para exercer uma boa presença parental, já que ao bater, há um contato mínimo e retirar-se é uma maneira de ausência. O autor sinaliza que a presença parental deve ser administrada de acordo com as necessidades da criança à medida que ela vai crescendo, para que não a sufoque ou prejudique sua individualidade e autonomia.

De acordo com Omer (2002) os pais precisam ser capazes de empreender uma ação efetiva, desenvolver um sentimento de autoconfiança e sentirem-se apoiados e não minados pelos outros, sendo estes os três principais aspectos da presença parental. Os fundamentos da presença parental estão inter-relacionados, pois o poder de agir decorre das convicções morais e pessoais que os pais têm que por sua vez são escoradas pelo contexto social. Os pais, em alguns casos extremos, acabam paralisados por medo, pena, por terem já falado muito ou escutado muito e, muitas vezes, por acreditarem que especialistas são mais capazes do que eles próprios. Há a necessidade de colocar os pais no ‘centro da ação’.

Para isso Omer (2002), primeiramente, convida que todos os profissionais ligados a terapêutica e a ajuda social a respeitar os pais, lembrando de seus deveres, mas também de seus direitos também. O respeito à dor dos pais denota o reconhecimento do profissional de que os medos e os ferimentos que os filhos causam nos pais são reais e importantes. Mesmo que isso pareça banal, é comum que apenas se culpe os pais pelas atitudes dos filhos, porém essa postura torna-se inaceitável, quando, por exemplo, se trabalha com pais vítimas de abuso, lembra o autor. O terapeuta que mostra interesse às dificuldades e problemas dos pais é capaz de oferecer melhores condições para ajudá-los. Em segundo lugar, estaria a importância do respeito aos

valores dos pais, sendo importante não ceder à tentação de ensiná-los a como serem pais quando, por exemplo, o terapeuta mostra como ele mesmo lida com a criança na terapia. São os pais os maiores interessados nas necessidades e felicidade dos seus filhos e nem sempre terão uma visão totalmente restrita em relação a educação da criança. Como terceiro aspecto, a importância de dar ênfase às conquistas e sucessos dos pais, pontuando as experiências parentais bem sucedidas, o que segundo o autor, tem um grande valor no processo terapêutico. Assim Omer (2002) aposta em intervenções numa forma dialética, que começam com a expressão empática de respeito e terminam com um questionamento. O questionamento é sempre mais aceitável quando precedido de um apoio empático, da mesma forma que o apoio ganha mais credibilidade quando é seguido por uma indagação ou desafio. O autor acredita que essa maneira de intervir reflete sempre a mensagem de uma postura ativa dos pais. Assim, para ele a primeira e mais básica maneira dos pais de se mostrarem presentes na vida dos filhos é através do corpo. Desde o nascimento do bebê, os pais estão presentes ao segurarem e cuidarem do filho e que essa presença corporal, à medida que o filho cresce se torna mais simbólica e não menos importante. O uso emocional dos braços dos pais ou cuidadores permanece indispensável durante toda a vida da criança, sendo então o corpo o contato com a realidade e com a consciência da existência dos pais.

A determinação do território com ações que se relacionem com a liberdade e o espaço da criança também são importantes. Segundo Omer (2002) os pais podem demonstrar sua presença comparecendo nos locais onde o filho frequenta ou ainda com o 'protesto pacífico', situação na qual os pais podem estar presentes sem fazer o uso conversa, apenas reforçando que as coisas não podem continuar do jeito que estão persuadindo o filho a negociar. Entretanto, privacidade está como um dos principais valores na cultura ocidental, sendo importante na formação da criança e sua falta poderá resultar em desvios comportamentais. Porém a supervisão dos pais é para o autor uma medida de autoridade e tem o objetivo de não apenas controlar as ações dos filhos, mas principalmente de efetivar a presença parental. Além disso, a presença parental nada tem a ver com violência ou rendição da criança. A presença parental é importante *para a* criança e *em relação à* criança. Os pais precisam estar fortes para serem presentes, ou seja, demonstrando prontidão para cuidar da criança com todo o seu ser corporal, emocional e moral.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas educativas parentais são essenciais para o desenvolvimento das crianças. Além de configurarem o contexto em que irão crescer, incorporar valores e atitudes para sua vida toda, também terão influência direta em como essas crianças irão desempenhar sua tarefa parental mais tarde (WEBER, PRADO, VIEZZER E BRANDENBURG, 2004). Nessa perspectiva torna-se, então, importante ressaltar o papel dos pais na dinâmica familiar, como detentores da autoridade

que visa à educação, o cuidado e o afeto com seus filhos. Para isso suas práticas e sua presença também devem ser priorizadas como forma de educação (Omer, 2002).

Ainda cabe apontar o papel de especialistas frente a essa problemática, ao serem capazes de munir os pais de estratégias e atitudes eficazes para manter comportamentos adequados no contexto familiar, proporcionando o desenvolvimento de habilidades sociais e responsabilidade, tornando-os ativos neste processo.

REFERÊNCIAS

Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology Monograph*, 4, 1-103.

Braz, M. P.; Dessen, M. A.; Silva, N. L. P. (2005). Relações conjugais e parentais: uma comparação entre famílias de classes sociais baixa e média. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18, (2), 151-161.

Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Cecconello, A. & De Antoni, C. & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54.

Costa, F. T., Teixeira, M. A. P. & Gomes, W. B. (2000). Responsividade e exigência: Duas escalas para avaliar estilos parentais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13, 465- 473.

Darling, N. & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin*, 113, 487-496.

Bem, L., & Wagner, A. (2006). Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconômico. *Psicologia em Estudo*, 11, (1), 63-71.

Maccoby, E. E. & Martin, J. A. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In P. H. Mussen (Series Ed.) & E. M. Hetherington (Vol. Ed.), *Handbook of child psychology: Vol. 4. Socialization, personality, and social development* (4th ed., pp. 1-101). New York: Wiley.

Minuchin, S. *Família Funcionamento e Tratamento*. (1982). Porto Alegre: Editora Artes Médicas.

Montandon C. (2005). As práticas educativas parentais e a experiência das crianças. *Educação e Sociedade*, 26, (91), 485-507.

Oliveira, E. A, Marin, A. H., Pires, F. B., Frizzo, G. B., Ravanello, T. & Rossato, C. (2002). Estilos parentais autoritário e democrático-recíproco intergeracionais, conflito conjugal e comportamentos de externalização e internalização. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 15, 1-11.

Omer, H. *A autoridade sem violência: o resgate da voz dos pais*. (2002) Belo Horizonte: ArteSã.

Pinheiro, M. I., Haase, V., Del Prette, Z. A. P., Amarante, C. L. D., & Del Prette, A. (2006). Treinamento de habilidades sociais educativas para pais de crianças com problemas de comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19, 407-414.

Romanelli G. Autoridade e poder na família. In: Carvalho MCB (Org.) *A família contemporânea em debate*. (2002). São Paulo: EDUC/Cortez, 73-88.

Silva, A. T. B. (2000). *Problemas de comportamento e comportamentos socialmente adequados: sua relação com as habilidades sociais educativas de pais*. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos-SP.

Wagner, A., Predebon, J., Mosmann, C., & Verza, F. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pais e mães na família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(2), 181-186.

Walsh, F. *Fortalecendo a resiliência familiar*. (2005). São Paulo: Roca.

Weber, L. N. D., Prado, P. M., Viezzer, A. P., & Brandenburg, O. J. (2004). Identificação de estilos parentais: O ponto de vista dos pais e dos filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17, 323-331.